

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis da Amazonastur, com emissão de relatório anual, emissão de parecer e relatório circunstanciado, com escopo contábil, patrimonial e financeiro do exercício de 2025 conforme Processo Administrativo. Nº 01.04.016508.002693/2025-20

PRAZO: 3 (três) meses a contar da data de assinatura.

VALOR: R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a execução do Presente Termo de Contrato correrão no presente exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa: 23.122.0001.2001.0001, Fonte: 1.501.1600.0000.0000, Elemento da despesa: 33903905 e Nota de Empenho: 2026NE0000154.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 29, II da Lei nº13.303/16.

Manaus, 03 de março de 2026.

MARCEL ALEXANDRE DA SILVA

Presidente da Empresa Estadual de Turismo- Amazonastur

Protocolo 262913

Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2026 PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2026-CIL-ADS

Processo nº. 01.04.018502.006614/2025-35

Objeto: "Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de logística com apoio estrutural, compreendendo: planejamento, organização, recursos humanos, serviços técnicos, logística de armazenagem, logística reversa e de transporte multimodal, disponibilização de veículos pesados, containers frigoríficos, equipamentos de suporte, embarcações e demais artefatos, necessários para o escoamento, armazenagem e distribuição da produção rural, proveniente do Programa de Regionalização da Merenda Escolar-PREME".

Órgão Gerenciador: Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS.

Detentor da Ata:

a) LOTE ÚNICO: RR SERVICOS DE TRANSPORTE E NAVEGACAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.473.078/0001-84, VALOR GLOBAL PARA O LOTE ÚNICO R\$ 21.530.000,00 (vinte e um milhões, quinhentos e trinta mil reais);

O valor global licitado corresponde a importância de R\$ 21.530.000,00 (vinte e um milhões, quinhentos e trinta mil reais).

Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do Extrato da Ata no Diário Oficial do Amazonas.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº. 13.303/2016 que dispõe sobre o Estatuto das Empresas Públicas.

Manaus, 09 de março de 2026.

MICHELLE MACEDO BESSA

Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

Protocolo 262961

Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC

EXTRATO - 5º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO AADC Nº 063/2022

Espécie: Quinto Termo de Aditamento ao Contrato AADC Nº 063/2022. Processo Nº 1471/2021. Partes: Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC (CNPJ: 13.659.617/0001-65) e Real Perícias e Contabilidade Ltda (CNPJ: 37.543.193/0001-37). Objeto: Prorrogar a vigência do contrato, por mais 12 (doze) meses com aporte de recursos. Fundamento: Artigos 57, II, da Lei nº 8.666/1993. Valor Global: R\$ 459.976,61 (Quatrocentos e Cinquenta e Nove Mil, Novecentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Um Centavos). Dotação Orçamentária: CG 11/2023. Vigência: 12 (doze) meses. Data da Assinatura: 11/02/2026.

EDVAL MACHADO JÚNIOR

Presidente

Protocolo 262903

'EXTRATO - 3º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO AADC Nº 082-3/2023

Espécie: Terceiro Termo de Aditamento ao Contrato AADC Nº 082-3/2023; Processo Nº 243/2023; Partes: Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC (CNPJ: 13.659.617/0001-65) e Unipublicidade Organização de Eventos Ltda (CNPJ: 03.051.189/0001-30); Objeto: Prorrogação da vigência, por 12 (doze) meses, com aporte de recursos; Fundamento: art. 57, I, da Lei nº 8.666/1993; Valor do Termo: R\$ 2.895.000,00 (Dois Milhões, Oitocentos e Noventa e Cinco Mil Reais); Dotação Orçamentária: CG 06/2023 Prazo da vigência: 12 (doze) meses. Data da Assinatura: 04/02/2026.

EDVAL MACHADO JÚNIOR

Presidente

Protocolo 262943

Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - CADA.

O **Diretor-Presidente**, no uso de suas atribuições e em cumprimento à Lei. 13.303/2016, vem dar publicidade às demonstrações financeiras da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - CADA, referente ao exercício de 2025, para os devidos fins.

ACRAM SALAMEH ISPER JR

Diretor-Presidente da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos

USUÁRIO DO SISTEMA

IOA NEWS



Tire suas dúvidas e
receba orientações técnicas
com nossa equipe.

2101-7500 RAMAIS
7541 | 7542 | 7543

doe.suporte@imprensaoficial.am.gov.br

ATENDIMENTO: de segunda a sexta-feira, das 8 às 17h.
Estamos aqui para ajudar você!



ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COAD DA CADA

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos 26/02/2026, às 10h, na plataforma Zoom. **2 - PRESENÇA e QUÓRUM:** Convocados na forma do Art. 11, §1º do Estatuto Social da Companhia, presentes os conselheiros que a presente ata assinam, atendendo o quórum de instalação do Art. 11, § 3º do Estatuto Social. **3 - MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o presidente do COAD **JULIO CESAR MENDES BRASIL**, e como secretária **HELLEN PRISCILA BENTES DO PRADO BALDINO**. **4 - ORDEM DO DIA:** (i) – Ratificação da eleição do Sr. Acram Salameh Isper Jr ao cargo de Diretor-Presidente desta Companhia; (ii) - Apresentação e aprovação da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança 2026 da CADA; relatório de Gestão 2025 da CADA; relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e contábeis, e respectivas notas explicativas, acompanhado do relatório de Auditoria Externa da CADA e do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD referente ao exercício de 2025; Relatório Anual do Controle Interno – CI. **5 - PAUTAS:** A confirmação da reunião se dá por meio das assinaturas nesta ata na forma da ordem do dia na forma do que preceitua a IN DREI 81, Anexo V, 5.1 Os membros do COAD, em sua totalidade, tomam ciência e ratificam, para todos os fins de direito, a eleição do Sr. Acram Salameh Isper Jr ao cargo de Diretor-Presidente. **5.2** Os membros do COAD, em sua totalidade, tomam ciência e aprovam a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança do ano de 2026 da CADA; o Relatório de Gestão do ano de 2025 da CADA; o relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e contábeis, e respectivas notas explicativas, acompanhado do relatório de Auditoria Externa da CADA e do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD referente ao exercício de 2025; o Relatório Anual do Controle Interno – CI do ano de 2025. **5.6 Assuntos de Ordem Geral.** **6 - DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA COMPANHIA:** Ficam arquivados na sede da Companhia as deliberações desta reunião. **7 - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida foi devidamente aprovada.

JULIO CESAR MENDES BRASIL
Presidente da Mesa / Conselheiro

ANTONIO ALUIZIO BRASIL BARBOSA FERREIRA
Conselheiro

ADRIANO MENDONÇA PONTE
Conselheiro

ANÍBAL GUEDES LOBO
Conselheiro

ANANDA FERNANDEZ AMORIM
Conselheira

ANNIK JACOB GENTIL
Conselheira

MÉRCIA NOGUEIRA MONTEIRO
Conselheira

HELLEN PRISCILA BENTES DO PRADO BALDINO
Secretária

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA COFIS DA CADA

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos 26/02/2026, às 10h15, na plataforma Zoom. **2 - PRESENÇA:** Convocados na forma do Art. 22 do Estatuto Social da Companhia, presentes os membros que assinam a presente ata do COFIS. **3 - MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos a senhora **HELLEN PRISCILA BENTES DO PRADO BALDINO**, e como secretária **JULIANA ALVES GOMES**. **4 - ORDEM DO DIA:** (i) – Ratificação da eleição do Sr. Acram Salameh Isper Jr ao cargo de Diretor-Presidente desta Companhia; (ii) - Apresentação da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança 2026 da CADA; relatório de Gestão 2025 da CADA; relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e contábeis, e respectivas notas explicativas, acompanhado do relatório de Auditoria Externa da CADA e do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD referente ao exercício de 2025; Relatório Anual do Controle Interno – CI. **5 - PAUTAS:** A confirmação da reunião se dá por meio das assinaturas nesta ata na forma da ordem do dia na forma do que preceitua a IN DREI 81, Anexo V, 5.1 Os membros do Conselho Fiscal, em sua totalidade, tomam ciência da eleição do Sr. Acram Salameh Isper Jr ao cargo de Diretor-Presidente. **5.2** Os membros do Conselho Fiscal, em sua totalidade, tomam ciência da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança do ano de 2026 da CADA; do Relatório de Gestão 2025 da CADA; do relatório da administração, acompanhado do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e contábeis, e respectivas notas explicativas, acompanhado do relatório de Auditoria Externa da CADA e do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD referente ao exercício de 2025; do Relatório Anual do Controle Interno – CI do ano de 2025. **5.6 Assuntos de Ordem Geral.** **6 - DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA COMPANHIA:** Ficam arqui-

vados na sede da Companhia as deliberações desta reunião. **7 - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida foi devidamente aprovada.

HELLEN PRISCILA BENTES DO PRADO BALDINO
Presidente da Mesa

BRUNA DE OLIVEIRA CHIXARO
Conselheira

EDILENE DE SOUZA GODINHO TEIXEIRA
Conselheira

MARIO FELIPE RUIZ GONÇALVES CARDOSO
Conselheiro

MARCOS ANDRÉ PONTES CAVALCANTI
Conselheiro

LUIZ FILIPI BATISTA CARDOZO
Conselheiro

JULIANA ALVES GOMES
Secretária

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2025 O presente Relatório de Gestão Anual da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos –CADA refere-se ao exercício de 2025 e tem por finalidade apresentar, de forma transparente e objetiva, as principais ações, atividades e resultados desenvolvidos pela instituição ao longo do período, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a administração pública. Ao longo de 2025, a CADA manteve sua atuação estratégica voltada à mobilização e à estruturação de ativos, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública e para a promoção de iniciativas que visam impulsionar o desenvolvimento econômico e institucional do Amazonas. Mesmo diante de desafios inerentes à complexidade técnica de suas atribuições e à estrutura administrativa enxuta, a Companhia desempenhou suas atividades de forma responsável, planejada e alinhada às diretrizes da Administração Pública Estadual. A CADA tem como finalidade institucional atuar de forma técnica e estratégica na estruturação, organização e mobilização de ativos públicos, contribuindo para a geração de oportunidades, o fortalecimento da gestão pública e o desenvolvimento econômico e institucional do Estado do Amazonas. Destaca-se como a única instituição do Estado com atuação especializada na mobilização de ativos, desempenhando papel relevante no apoio à formulação de projetos, na análise técnica de iniciativas estratégicas e na promoção de soluções que visam à valorização do patrimônio público. O portfólio de projetos é caracterizado pela natureza personalizada, alto grau de complexidade e especialização, pautado pela sinergia entre eficiência, eficácia, criatividade, *expertise*, sustentabilidade e tempo qualificado do ciclo entre a concepção e a efetiva conclusão. Nesse contexto, em 2025, os projetos alcançaram avanços significativos, ampliação para novas áreas da atuação governamental e diversificação dos produtos para atender às demandas de nossos clientes, com melhores práticas e dedicação. O exercício evidenciou avanço no grau de maturidade institucional da CADA, caracterizado pela consolidação de práticas de governança fiscal, previsibilidade na execução orçamentária e fortalecimento dos mecanismos de controle, elementos essenciais à sustentabilidade operacional e à credibilidade institucional da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2025

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - CADA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - CADA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos

com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Manaus, 13 fevereiro de 2026.

BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES SS LTDA
CRC 2 AM 000639/O-2
JOÃO DOMINGOS DA ROSA
Contador CRC 1 SP 159332/O-T-AM

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em Reais)

Ativo			
	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.939.731	2.226.659
Outras contas a receber	5	1.675.142	4.187.855
Despesas pagas antecipadamente	6	1.962.278	1.336.514
Tributos e contribuições a recuperar	7	710.258	196.309
		6.287.409	7.947.337
Não circulante			
Imobilizado	8	36.394	47.926
Intangível	8	864	4.700
		37.258	52.626
Total do ativo		6.324.667	7.999.963
Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	9	2.538.692	2.762.597
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10	466.654	535.807
Outras contas a pagar ou provisões	11	83.657	20.296
Receitas diferidas	12	1.675.142	4.187.855
		4.764.145	7.506.555
Não circulante			
Fornecedores	9	253.100	340.000
		253.100	340.000
Patrimônio líquido	13		
Capital Subscrito		24.000.000	20.000.000
Prejuízos acumulados		(19.846.592)	(13.034.849)
Resultado do Exercício		(2.845.986)	(6.811.743)
		1.307.422	153.408
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.324.667	7.999.963

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita líquida de vendas			
	14	2.962.713	765.121
(-) Custo dos serviços produzidos	15	(1.412.347)	(2.750.000)
(=) Lucro bruto		1.550.366	(1.984.879)
(+/-) Despesas operacionais			
(-) Gerais e administrativas		(5.212.220)	(5.048.270)
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(3.661.854)	(7.033.149)
Despesas financeiras			
	17	(3.933)	(112)
Receitas financeiras			
	17	504.043	325.372
(=) Resultado financeiro líquido		500.110	325.260
(+/-) Outras receitas não operacionais	18	315.758	-
(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.845.986)	(6.707.889)
(-) Imposto de Renda			
		-	(75.834)
(-) Contribuição Social			
		-	(28.020)
(=) Prejuízo do exercício		(2.845.986)	(6.811.743)

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em Reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(2.845.986)	(6.811.743)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.845.986)	(6.811.743)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados (reapresentado)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.000.000	(19.846.592)	153.408
Capital Subscrito do Estado do Amazonas	4.000.000	-	4.000.000
Prejuízo do exercício	-	(2.845.986)	(2.845.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	24.000.000	(22.692.578)	1.307.422

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em Reais)

	2025	2024
(=) Prejuízo do exercício	(2.845.986)	(6.811.743)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	16.223	17.158
	(2.829.763)	(6.794.585)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Outras contas a receber	2.512.713	837.571
Despesas pagas antecipadamente	(600.932)	(270.498)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(513.949)	(33.627)
Fornecedores	(312.795)	2.055.850
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(91.995)	64.368
Outras contas a pagar ou provisões	63.361	1.922
Receitas Diferidas	(2.512.713)	(837.571)
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.456.310)	1.818.015
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(855)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(855)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento em Integralização de Capital Social	4.000.000	4.000.000
Caixa líquido das atividades de financiamentos	4.000.000	4.000.000
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(286.928)	(976.570)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.226.659	3.203.229
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.939.731	2.226.659
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(286.928)	(976.570)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em Reais)

1.Contexto operacional A Companhia “Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA”, é uma companhia pública, de direito privado na forma de sociedade anônima, com capital fechado, inscrita no cadastro nacional da pessoa jurídica – CNPJ 40.182.478/0001-02 com data de abertura 22/12/2020, a sociedade anônima é formada pelo acionista Governo do Estado do Amazonas, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Brasil, nº 3925, bairro Santo Agostinho, Manaus-AM, inscrita no CNPJ 04.312.369/0001-90 neste ato representado por Mécia Nogueira Monteiro (em exercício), e o acionista Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Tefé, nº3279, Bairro Japiim, Cep. nº 69.079-000, inscrita no CNPJ nº. 00.624.961/0001-77, neste ato representada pelo seu diretor-presidente, o senhor Antônio Aluizio Brasil Barbosa Ferreira, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. A Sociedade tem como objeto social auxiliar o Poder Executivo na promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas e na otimização do fluxo de recursos financeiros, para o financiamento de projetos prioritários, em conformidade da Lei

Estadual n.º 5.054, de 27 de dezembro de 2019 e alterações da Lei nº 5.219 de 31 de agosto de 2020 e da Lei nº 6.104 de 23 de dezembro de 2022. O Decreto de 24 de novembro de 2025 designou a senhora Mécia Nogueira Monteiro Diretora-Presidente da CADA, em exercício, em substituição ao senhor Acram Salameh Isper Jr. Para a consecução do seu objeto social, a Companhia poderá: **I** Firmar convênios, instrumentos de cooperação e contratos inclusive de prestação de serviços com órgãos e entidades da Administração Pública da União, dos Estados, dos Municípios e particulares, especialmente nas áreas de saúde, educação, transportes, segurança e meio ambiente, que tenham por objetivo: **a)** realizar investimentos prioritários no Estado do Amazonas; **b)** instituir parcerias público-privadas e concessões; **c)** instituir projetos de desestatização e outros do interesse público; **d)** elaborar estudos técnicos para a inclusão de projetos no Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas; **II** Emitir e distribuir, publicamente, quaisquer títulos e/ou valores mobiliários, observadas as normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; **III** Contrair empréstimos e financiamentos, no mercado nacional ou internacional; **IV** Adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários; **V** Administrar e explorar economicamente ativos estaduais; **VI** Auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros; **VII** Estruturar e implementar operações, que visem à obtenção de recursos, junto ao mercado de capitais; **VIII** Auxiliar o Estado, na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais, em geral; **IX** Auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens; **X** Colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares, podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias; **XI** Participar de outras sociedades, cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; **XII** Auxiliar órgãos e entidades da Administração Pública de outros entes federativos, além de particulares, na formulação e implementação de projetos de infraestrutura, concessões, parcerias público-privadas desestatização, parcerias em geral e outros projetos de interesse público; **XIII** Constituir subsidiárias e participar de outras sociedades, cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; **XIV** Desenvolver estudos e levantamentos econômicos e sociais; **XV** Promover, colaborar, apoiar e viabilizar a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos; **XVI** Realizar quaisquer atividades, que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores. **2. Demonstrações contábeis 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações contábeis da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias companhias (NBCT G 1000). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Entidade em 06 de fevereiro de 2026. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2025. **2.3. Base de Mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **3. Principais práticas contábeis:** Para elaboração das demonstrações contábeis, foram adotadas as seguintes principais práticas contábeis: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro no banco, depósitos bancários e transferências bancárias, valores que compõem o saldo bancário para fins de demonstração de caixa. **b) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes representa o reconhecimento de receitas diferidas com prestações de serviços, firmadas em contrato. **c) Despesas a apropriar:** São as despesas que retratam a execução plena de um contrato, de um convênio ou de uma lei, cujo procedimento caracteriza a aplicação do regime de competência no seu reconhecimento pela contabilidade patrimonial. **d) Impostos e contribuições a recuperar:** O imposto a recuperar refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os resgates de Aplicações Financeiras de Renda Fixa; a companhia ajuizou mandado de segurança para a recuperação de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços a pessoas físicas ou jurídicas no âmbito da Zona Franca de Manaus, pagos; foram considerados os valores de IRPJ e CSLL, com base no Parecer nº 26/2025, de 24/02/2025, da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE/Am), que trata da aplicação da imunidade tributária recíproca à Companhia; e os valores do ISS, solicitado junto à Prefeitura de Manaus através de processo administrativo. **e) Imobilizados** **i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisi-

ção de um ativo. **ii. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na taxa fiscal de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. **f) Demais ativos circulantes e não circulantes:** Demonstrados ao valor de custo ou valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. **g) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro:** Os impostos e contribuições são calculados de acordo com a legislação em vigor em suas respectivas datas de encerramento das demonstrações contábeis. **h) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **i) Contingências:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos. **Contingências ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; **Obrigações legais:** ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **j) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. A Companhia realizou o teste de *impairment* no exercício de 2022; até o exercício atual não foi realizado novo teste devido a falta de evidências de perda no valor de seu ativo. **k) Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **l) Demonstração do resultado do exercício:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência de exercícios.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	1.089	410
Banco do Bradesco AG 3739/7 CC 79299/3	2.747	50.755
Aplicação Financeira Banco Bradesco	1.935.895	2.175.494
	1.939.731	2.226.659

Os recursos estão investidos em Certificados de Depósitos Bancários (CDB). Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até 31 de dezembro de 2025 e 2024.

5. Contas a receber

	2025	2024
Clientes Diversos	1.675.142	4.187.855
(-) Perdas Estimadas em Crédito de Liq. Duvidosas	-	-
	1.675.142	4.187.855

As contas a receber de clientes representa o reconhecimento de receitas diferidas com prestações de serviços, firmados em contrato.

6. Despesas pagas antecipadamente

	2025	2024
Fornecedores diversos	1.990	-
Adiantamento de Aluguel	10.000	10.000
Adiantamento de férias	22.842	-
Despesas a Apropriar - Diversas	1.927.446	1.326.514
	1.962.278	1.336.514

A companhia optou por reconhecer todos os contratos ativos para registro de suas despesas futuras em contrapartida a conta de fornecedores. A apropriação e baixa desses saldos é realizada por apropriação das despesas dentro da competência mensal.

7. Tributos e contribuições a recuperar

	2025	2024
IRRF a recuperar	294.153	196.309
IRPJ a recuperar	128.011	-
CSLL a recuperar	48.244	-
PIS a recuperar	16.333	-
COFINS a recuperar	75.381	-
ISS a recuperar	148.136	-
	710.258	196.309

Os valores de IRPJ e CSLL a Recuperar foram registrados conforme Parecer n.º 26/2025, de 24 de fevereiro de 2025, da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE), considerando que o STF consolidou sua jurisprudência no sentido de que a imunidade tributária recíproca estabelecida no art. 150, inciso VI, alínea “a” da Constituição Federal de 1988, que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, é aplicável às estatais prestadoras de serviços públicos, concluiu-se que tal benefício é aplicável à Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA.

Os valores de PIS e COFINS a recuperar referem-se ao processo judicial de nº 1023792-27.2025.4.01.3200 em favor da CADA para recuperação e suspensão da cobrança dos tributos incidentes sobre a prestação de serviços a pessoas físicas ou jurídicas no âmbito da Zona Franca de Manaus. Os valores de ISS a Recuperar conforme processo N° 2025.11209.11216.0.008711 junto à Prefeitura Municipal de Manaus, solicitado o reconhecimento da imunidade tributária recíproca (artigo nº 150, VI, alínea “a” da CF) do ISS.

8. Imobilizado

Movimentação do Imobilizado de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Descrição	Nº da Conta contábil	Saldo Inicial 2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final 2025
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	-	56.641	855	-	-	57.496
Equipamentos de Processamento de Dados	-	66.512	-	-	-	66.512
Sistema ERP Fortes	-	16.921	-	-	-	16.921
Software ERP Sistemas	-	2.256	-	-	-	2.256
Total do custo		142.330	855	-	-	143.185
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	-	16.269	5.068	-	-	21.337
Equipamentos de Processamento de Dados	-	33.364	7.319	-	-	40.683
Sistema ERP Fortes	-	14.477	3.836	-	-	18.313
Móveis e Utensílios	-	6.676	-	-	-	6.676
Equipamentos de Processamento de Dados	-	18.918	-	-	-	18.918
Total da depreciação e amortização acumulada		89.704	16.223	-	-	105.927
Imobilizado Líquido		52.626	(15.368)	-	-	37.258

9. Fornecedores- O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025 é composto substancialmente pelos valores conhecidos representam as obrigações a pagar por serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

	2025	2024
Fornecedores diversos – Curto Prazo	2.538.692	2.762.597
Fornecedores diversos – Longo Prazo	253.100	340.000
	2.791.792	3.102.597

10. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2025	2024
INSS a recolher	61.649	66.640
FGTS a recolher	20.942	24.203
IRRF S/ Folha de Pagamento a Recolher	66.561	74.312
IRRF S/ Pagt Membros Estatutários a Recolher	908	1.042
ISS a Recolher	560	651
IRRF a Recolher	2.488	894
CSRF a Recolher	1.647	231
Férias	241.782	285.143
INSS sobre Férias	50.774	59.880
FGTS sobre Férias	19.343	22.811
	466.654	535.807

11. Outras contas a pagar ou provisões

	2025	2024
Telefonia e Internet	1.817	1.576
Aluguéis a pagar	81.840	18.720
	83.657	20.296

O aumento relativo ao ano de 2025 de Aluguéis a pagar refere-se à renovação do contrato de locação das salas do escritório da sede da Companhia por um período de 3 (três) anos, com a vigência de 20 de março de 2025 a 19 de março de 2028, até o ano de 2024 era realizado anualmente.

12. Receitas diferidas

	2025	2024
Receitas Diferidas	1.675.142	4.187.855
	1.675.142	4.187.855

O valor referente à Receitas Diferidas é referente ao Termo de Contrato nº 029/2023-UGPE, de 21 de dezembro de 2023.

13. Patrimônio líquido

	2025	2024
Capital Subscrito do Estado do Amazonas	23.000.000	19.000.000
Capital Subscrito do Estado da CIAMA	1.000.000	1.000.000
(-) Capital a integralizar do estado do Amazonas	-	-
(-) Prejuízos Acumulados	(19.846.592)	(13.034.849)
Resultado do exercício	(2.845.986)	(6.811.743)
	1.307.422	153.408

Em 28 de fevereiro de 2025, o acionista Governo do Estado do Amazonas procedeu o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de Reais).

14. Receita

	2025	2024
Receita da prestação de serviços	2.962.713	837.571
	-	(72.450)
	2.962.713	765.121

O valor referente à Receita de Prestação de Serviços é composta pelo recebimento de parte do Termo de Contrato nº 029/2023-UGPE, do valor total de R\$ 5.025.426,12, de 21 de dezembro de 2023.

15. Custo dos serviços prestados

	2025	2024
Serviços prestados Pessoa Jurídica	(1.412.347)	(2.750.000)
	(1.412.347)	(2.750.000)

Valor referente apropriação dos custos dos serviços prestados de Fundação Getúlio Vargas (R\$ 800.000,00) e Fundação Instituto de Administração (R\$ 612.347).

16. Despesas administrativas

	2025	2024
Despesa com pessoal	(4.634.287)	(4.383.063)
Aluguéis	(81.057)	(75.030)
Despesas com Treinamento de Pessoal	(34.719)	(15.969)
Despesas com viagens, diárias de ajuda de custo	(27.017)	(52.612)
Despesa com publicação Diário Oficial	(33.095)	(36.100)
Outras Despesas	(402.045)	(485.496)
	(5.212.220)	(5.048.270)

As despesas administrativas demonstradas em outras despesas representam os valores pagos a pessoas jurídicas contratadas para prestação de serviços contínuos ou pontuais, como consultorias, auditorias, assessorias, tecnológicos, limpeza, entre outros; ainda, o aumento dos valores dos contratos de serviços prestados tomados gerado pela variação monetária.

17. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Rendimentos Aplicações Financeiras	504.043	325.372
	504.043	325.372
Despesas Financeiras		
IRRF s/ resgate de aplicação financeira	(3.799)	-
Despesa tarifa bancária	(37)	(112)
Juros pagos e/ou incorridos	(98)	-
	(3.934)	(112)
	500.109	325.260

A variação do resultado financeiro, intercorre principalmente, do rendimento das aplicações financeiras realizadas.

18. Outras receitas não operacionais

	2025	2024
Outras receitas não operacionais	315.758	-
	315.758	-

O valor de Outras receitas não operacionais refere-se a recuperação de O PIS e o COFINS a recuperar de processo judicial em favor da CADA (R\$ 30.571,34) de competência julho de 2024, em contrapartida de tributos a recuperar; mais o valor de R\$ 286.536,47 de compensação previdenciárias do INSS.

20. Seguros

Considerando a natureza de sua atividade, a Companhia não possui a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montante considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos

MÉRCIA NOGUEIRA MONTEIRO

Diretora-Presidente

JULIANA MARIA MELAZI GIRARDI VARGAS

Diretora Administrativa

JORGE ARAÚJO DA COSTA

Contador – CRC-AM 011800/O-0

PARECER DO CONTROLE INTERNO - UCI/ CADA

Exercício: 2025. Unidade auditada: CADA. Cidade: Manaus
Trata-se do relatório anual do Controle Interno, em cumprimento ao Planejamento Anual de Atividades do Controle Interno (2025) desta Companhia. O presente Relatório apresenta as atividades desenvolvidas pela Unidade de Controle Interno (UCI) no ano de 2025. Buscou-se, de maneira consistente, administrar com eficiência e zelo o patrimônio público, direcionando esforços em um único propósito, alcançar a visão institucional. Adicionalmente, foram apresentados resultados que refletem o aumento da produtividade, eficiência e qualidade na atuação da Companhia. No relatório, foram auditados os atos de Gestão de Recursos Humanos (Pessoal), com objetivo de atestar a conformidade dos atos e pagamentos de pessoal que compõem a folha de pagamento em conformidade com a Política de Gestão de Pessoas da CADA e a legislação vigente. Auditou-se os atos de Gestão de Orçamentária/Financeira/Contábil e atos de Gestão de Diárias e Passagens, com objetivo de monitorar o cumprimento correto das operações financeiras e a aderência dos procedimentos à Legislação Contábil e Fiscal. Verificou-se que os procedimentos de contratação e gestão contratual seguem as normas internas e a legislação vigente, estando os processos analisados devidamente formalizados e regularizados. A UCI realizou acompanhamento dos projetos institucionais conduzidos pela Diretoria Operacional, constatando-se que os projetos encontram-se devidamente organizados e acompanhados, em conformidade com os procedimentos institucionais. Foram analisados os procedimentos relativos à transparência institucional, funcionamento da Ouvidoria, atendimento à Lei de Acesso à Informação. Conclui-se, assim, que a UCI cumpriu com as atividades planejadas, contribuindo de forma independente, objetiva e disciplinada para o processo de governança corporativa, para a integridade desta Companhia, bem como para o cumprimento das normas legais e regulamentares, além das políticas e diretrizes estabelecidas.

CAMILLA MORAES DO VALLE

Controladora Interna da CADA